



CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

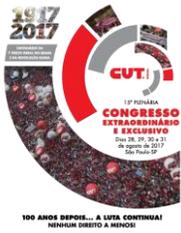
Fundada em 28/8/83



**100 ANOS DEPOIS... A LUTA CONTINUA!
NENHUM DIREITO A MENOS!**

15ª PLENÁRIA ESTATUTÁRIA – CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO E EXCLUSIVO DA CUT

TEXTO BASE



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
CONJUNTURA	
• O cenário atual: visão geral	05
CONJUNTURA INTERNACIONAL	07
CONJUNTURA NACIONAL	
• O golpe a agenda neoliberal	14
• O agravamento da crise econômica, política e social	20
• Reforma da previdência	25
• Reforma trabalhista	32
OUTRAS MEDIDAS	36
ESTRATÉGIA	37
PLANO DE LUTAS	40



APRESENTAÇÃO

A 15ª Plenária-Congresso Extraordinário e Exclusivo da CUT está sendo realizada num dos momentos mais cruciais da sociedade brasileira e da história da classe trabalhadora. Em pouco menos de um ano, as forças conservadoras tomaram o poder de assalto - rompendo neste ato com o Estado de Direito - e utilizaram a subserviência do Executivo, o oportunismo da maioria não menos servil no Congresso, a cumplicidade do Judiciário e o apoio irrestrito da mídia golpista para impor à sociedade a mais profunda mudança, desde o fim da ditadura e do processo de redemocratização que culminou com a Constituição Cidadã de 1988.

No entanto, abriu-se a possibilidade de reverter esse processo. As recentes denúncias contra o presidente ilegítimo Michel Temer encurralaram o governo num caminho sem volta, abrindo espaço para apeá-lo do poder.

Estamos vivendo um momento de ascenso das lutas populares contra o governo golpista e sua agenda neoliberal, regressiva. O acúmulo progressivo de forças no campo democrático popular veio se dando desde o emblemático dia 8 de março, aumentou nas manifestações de 15 e 31 de março e atingiu seu auge na greve geral de 28 de abril que envolveu 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Foi o recado claro de que a classe trabalhadora não aceita as reformas nefastas da previdência e trabalhista, muito menos a agenda neoliberal que vem sendo imposta à nação pelo grupo de criminosos que assaltou o poder.

O crescimento da pressão popular e as denúncias em delações premiadas de empresários da Odebrecht e, mais recentemente da JBS, agravaram as fissuras já existentes no interior do bloco no poder, levando à deserção de partidos da base do governo e a diversos pedidos de impeachment do presidente ilegítimo. No entanto, arma-se o golpe dentro do golpe: as forças conservadoras, que não confiam mais no atual preposto para conduzir sua agenda neoliberal e temem uma eventual vitória das forças democrático populares nas urnas, apontam a eleição indireta, via



Congresso, como solução para a profunda crise política, econômica, moral e social em que estamos mergulhados.

Não podemos aceitar este engodo. Só com o povo nas ruas poderemos dar fim ao governo golpista e reverter o desmonte que vem sendo feito do Estado, das políticas de públicas, da proteção social e da própria soberania nacional.

Cabe ao povo recuperar sua soberania cassada com o golpe e eleger, em pleito direto, o novo Presidente. Cabe também ao povo eleger uma Assembleia Constituinte, Exclusiva e Soberana, para fazer a reforma do sistema político que prepare o terreno para as reformas estruturais necessárias para o Brasil superar a crise, retomar o crescimento, fortalecer a democracia e a soberania nacional e promover um novo ciclo de desenvolvimento.

Essas são questões que estão no centro da luta de classes na atual conjuntura e que devem nortear o debate e a ação estratégica da classe trabalhadora. O presente texto foi construído para subsidiar a discussão do sindicalismo CUTista que deve começar nas assembleias sindicais, passar pelas Plenárias-Congressos Estaduais e culminar na Plenária-Congresso Extraordinário da CUT, de 28 a 31 de agosto de 2017.

Elaborado numa conjuntura extremamente volátil, o texto deve ser atualizado ao longo do processo de construção da Plenária-Congresso. Para que se torne, de fato, um congresso extraordinário, será necessário extrair do debate que nele terá curso uma estratégia de ação à altura dos desafios colocados para a classe trabalhadora e para o sindicalismo CUTista neste momento histórico tão singular.

Considerando este o principal objetivo da Plenária-Congresso Extraordinário, o texto não aborda as políticas permanentes da CUT, cuja linha foi aprovada no 12º CONCUR e cujo detalhamento foi definido no planejamento do mandato da atual direção.



CONJUNTURA

O cenário atual: visão geral

1 - Ao analisar o desenvolvimento do sistema capitalista na fase da sua primeira revolução industrial, um estudioso dos processos que alteravam profundamente a sociedade da época referiu-se a este momento com a expressão: "Tudo que é sólido, desmancha-se no ar." Pouco mais de um século e meio depois, um estudioso da sociedade contemporânea referiu-se aos novos tempos como "modernidade líquida". São expressões emblemáticas para quem tenta compreender o atual momento histórico, considerado por muitos uma era de incertezas.

2 - As mudanças que estamos assistindo nos planos internacional e nacional têm suas raízes na crise mais recente do sistema, em 2008. Ela foi o resultado de mudanças mais profundas que remontam à ruptura do padrão de acumulação do capital e de regulação de relações consolidado nos países centrais do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial, padrão que perdurou por um breve período de três décadas.

3 - Assistimos nos últimos cinquenta anos à uma sequência de crises econômicas internacionais e à inauguração de um processo flexível de acumulação que colocou em colapso o padrão fordista de regulação das relações capital-trabalho e abriu caminho para processos mais amplos de desregulamentação. Essas mudanças estiveram na base da globalização da economia, hegemonizada pelo capital financeiro e alavancada pela ação de pouco mais de 500 empresas multinacionais. Foram impulsionadas pelo ideário neoliberal e tiveram como um de seus principais marcos a retirada de direitos da classe trabalhadora e o enfraquecimento dos sindicatos. Neste sentido, foi e continua sendo uma ofensiva do capital contra o trabalho.

4 - A crise de 2008, a mais grave deste ciclo recente de crises e que abala o sistema capitalista em escala global, não foi superada, repercute negativamente no desempenho da economia internacional e é um dos fatores de agravamento da crise econômica brasileira. A agenda de austeridade apregoada para combatê-la não tem sido eficaz, recebe críticas da esquerda e até de organismos internacionais, como o FMI.



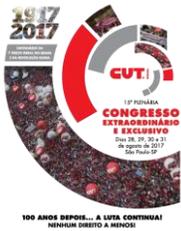
5 - Resistimos aos efeitos mais nefastos das políticas neoliberais na década de noventa, quando os governos Collor e FHC patrocinaram a abertura da economia brasileira e um processo sistêmico de reestruturação produtiva. Com muita luta da classe trabalhadora organizada pela CUT, impedimos a ampliação da flexibilização da legislação trabalhista, a retirada de direitos dos/as trabalhadores/as e a reprodução de formas precárias de trabalho. Seguramos a onda durante os governos Lula e Dilma. Corremos agora o enorme risco de ver as conquistas de décadas de luta ruírem por terra.

6 - O que buscaram fazer é muito mais que destruir o legado de treze anos e meio de governo petista, iniciado em 2003 e encerrado brutalmente com o golpe em meados de 2016. Não é apenas o modelo de desenvolvimento com inclusão social que foi sendo revertido a passos largos por uma agenda neoliberal e regressiva. **Trata-se de um conjunto sistêmico de mudanças promovidas a partir da captura do Estado**, do redesenho de suas instituições para implementar uma política de austeridade que altera radicalmente as prioridades de uso do fundo social público, que submete as políticas públicas à lógica do mercado e que promove a progressiva destruição do pouco que temos de proteção social. Trata-se do desmonte das instituições criadas para ampliar a participação da sociedade na elaboração e gestão de políticas públicas.

7 - O projeto dos empresários que patrocinaram o golpe é instituir um novo marco regulatório para as relações capital-trabalho, suprimindo direitos fundamentais dos/as trabalhadoras, flexibilizando o contrato de trabalho, legitimando formas precárias de emprego, impondo jornadas de trabalho extenuantes, individualizando relações de trabalho que são coletivas e sociais por natureza, suprimindo os laços dos/das trabalhadores/as com o sindicato e inviabilizando seu acesso à Justiça do Trabalho, também condenada ao desmonte.

8 - Em outras palavras, são mudanças impostas pelo capital para romper as barreiras de exploração do trabalho, estabelecendo um padrão flexível de regulação que venha a atender a novas formas de organizar a produção e o trabalho que estão sendo gestadas nos países centrais do capitalismo - a chamada quarta revolução industrial - e que no Brasil terá sua versão predatória, aquela que é reservada aos países periféricos, aproximando-o do modelo já existente em outros países, como o México. O processo vai provocar profundas mudanças na dinâmica do mercado de trabalho, na composição da classe trabalhadora e no perfil dos/das trabalhadores/as. São mudanças que afetarão fortemente a base de representação dos sindicatos e que poderão provocar, no seu desdobramento, mudanças não menos intensas nos próprios sindicatos.

9 - São mudanças gestadas numa conjuntura de profunda crise econômica, política e moral. Como toda crise, a que estamos vivendo contém enormes riscos, mas



também possibilidades. O governo que está à frente das mudanças não tem legitimidade. Nasceu de um golpe que o macula e o desgasta na origem. Está sendo atingido, no seu núcleo, por sucessivas denúncias de corrupção. Teve que demitir seis ministros envolvidos em denúncias de corrupção e oito dos atuais ministros estão sendo investigados por suspeita de crime semelhante. O próprio Congresso tem expoentes sob suspeita de crime, como os presidentes da Câmara e do Senado. Devemos explorar essas fragilidades para golpear o governo ilegítimo e derrotá-lo.

10 - As mais recentes denúncias contra o presidente ilegítimo o colocam numa situação de extrema fragilidade. Resta saber quando e como será desalojado do poder. Juridicamente, há quatro possibilidades: pode ter o mandato cassado pelo TSE, pode ser destituído por um processo de impeachment ou por uma ação penal (a Procuradoria Geral oferece a denúncia de crime, que deve ser aprovada por 2/3 do Congresso antes de ser enviada ao STF) ou pode renunciar. As forças conservadoras já falam na necessidade de uma solução rápida (renúncia ou cassação pelo TSE) com escolha indireta do sucessor no Congresso em trinta dias. As forças democráticas populares defendem ao aumento da pressão das ruas para forçar o fora Temer, seguido de eleições diretas. Colocam no horizonte a necessidade de eleger uma Assembléia Constituinte, exclusiva e soberana, para fazer a reforma do sistema político.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

11- Na esteira da última grave crise do sistema capitalista, desde sua origem no "crash de 2008", fenômenos diversos como a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, o *Brexit* no Reino Unido, a guinada conservadora na América Latina e o golpe no Brasil podem ser entendidos como expressões de uma mesma conjuntura adversa e desafiadora para a esquerda internacional. As políticas suicidas de austeridade combinadas com causas estruturais, tais como a incapacidade de a economia repetir os saltos tecnológicos e os ganhos de produtividade do passado, produziram um persistente cenário global de baixo crescimento econômico, desemprego em alta, salários em queda, aumento da desigualdade, e redução dos investimentos sociais e nos serviços públicos.

12 - Neste cenário, setores da classe trabalhadora tem optado por alternativas ultraconservadoras, já que muitos governos não têm conseguido superar os altos níveis de desigualdade e concentração de renda. Em 2016, a saída do Reino Unido



da União Europeia, o Brexit, e a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos foram golpes significativos no modelo neoliberal de globalização, marcado pela predominância do capital financeiro nas cadeias internacionais de valor, mostrando que a população já não se sente mais representada pelo sistema vigente. No caso do Brexit, em lugar das críticas ao caráter excessivamente pró-capital e ao funcionamento antidemocrático da União Europeia, prevaleceu o discurso da extrema-direita em que trabalhadoras e trabalhadores migrantes eram acusados de serem os grandes responsáveis pela crise econômica e pelo desemprego.

13 - No caso da eleição de Trump, se é verdade que foi o seu discurso ultraconservador que entusiasmou os setores mais retrógrados da sociedade norte-americana, foi sua posição antissistêmica que atraiu votos de trabalhadoras e trabalhadores descontentes com o desemprego, a falta de moradia e de perspectivas de melhora em sua qualidade de vida. Ao implementar pacotes bilionários de salvamento do setor financeiro e não trazer os resultados da recuperação econômica para a grande maioria, o discurso dos políticos tradicionais alinhados à Wall Street afastou expressivas parcelas da população desempregada ou ameaçada pelo desemprego. A eleição de Trump representa a ascensão ao poder de valores ultraconservadores e contrários aos direitos humanos. O Presidente ataca ferozmente imigrantes e refugiados, em especial muçulmanos, fechando-lhes as fronteiras norte-americanas e defendendo abertamente a deportação dos que se encontram no país.

14 - As forças conservadoras atuam de forma articulada para gerar instabilidades e crises em nosso continente, com o claro objetivo de restabelecer a agenda neoliberal. Após Honduras, Paraguai, Brasil e Argentina, a Venezuela, que vive grave crise econômica, social e política, volta a ser o alvo e passa a ocupar as capas nos jornais e TVs com um noticiário parcial que imputa a crise apenas ao Executivo quando, na verdade, há uma crise institucional que envolve todos os setores e todos os poderes de Estado.

15 - É ainda mais grave a atitude de governos estrangeiros que buscam interferir nos assuntos internos da Venezuela, ignorando a autodeterminação do povo venezuelano e os graves problemas enfrentados pelas populações dos seus próprios países. Promover ou impor medidas extremas contra a Venezuela apenas irá incentivar a radicalização do conflito, causando sérios danos à população e as instituições venezuelanas. Insistimos que as organizações internacionais como o Mercosul, a OEA, a UNASUL e a CELAC, devem atuar como facilitadores do diálogo social entre os diversos atores políticos na Venezuela – com o pleno consentimento



e respeito pelas instituições do país, promovendo os esforços de aproximação entre as partes.

16 - A Organização Internacional do Trabalho (OIT) este ano, estima que o número de pessoas desempregadas no mundo inteiro chegue a mais de 201 milhões, com um aumento adicional de 3,4 milhões de pessoas desempregadas apenas em 2017. Em um mundo marcado pela “quarta revolução industrial”, o crescimento econômico segue aquém do esperado e, mesmo que nos próximos anos aconteça alguma recuperação da economia mundial, seguirá uma incapacidade sistêmica de criar empregos de qualidade e em números suficientes. Mesmo com os avanços nos ganhos de produtividade que deveriam ser distribuídos de forma igualitária, as concentrações de renda e de riqueza estão cada vez maiores e as novas tecnologias possibilitam ainda maiores supressões de postos de trabalho, ao invés de contribuir na construção de sociedades menos desiguais. Ou seja, o debate sobre o futuro do trabalho está totalmente vinculado ao modelo de produção em vigor hoje, que é o de cadeias produtivas. A CUT defende um modelo de desenvolvimento em que o trabalho tenha centralidade e seja o pilar das políticas econômicas e sociais com respeito ao trabalho decente, proteção social e condições dignas de vida para os setores mais vulneráveis da sociedade.

17 - Além disso, esses fenômenos, aliados às formas precárias de emprego, devem reforçar e ampliar a desigualdade de renda. A OIT também alerta para o fato de que a redução da pobreza dos trabalhadores está desacelerando, colocando em risco a perspectiva de erradicação da pobreza conforme estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O quadro real é que para a classe trabalhadora mundial, cada vez mais as grandes corporações multinacionais avançam sobre a autonomia dos Estados Nacionais, precarizando as condições de vida e retirando direitos, com a justificativa de criar uma “ambiente mais favorável para os negócios” – eufemismo para menos proteção trabalhista, baixos salários e descaso com o meio-ambiente.

18 - Diante desse quadro de avanço das forças políticas conservadoras no mundo e de severos ataques à democracia, a ação internacional da CUT tem priorizado a denúncia do golpe jurídico-midiático-parlamentar no Brasil e a sua agenda de retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, o desmonte do Estado brasileiro e ataques às políticas sociais e de saúde e educação com vistas a atender aos interesses do sistema financeiro e das corporações multinacionais, assim como a defesa da liberdade e autonomia sindical, o respeito à autodeterminação dos povos e o fortalecimento das relações sul-sul.

19 - A repressão e a perseguição ao movimento sindical e suas lideranças é uma



das características da política internacional e atuam com força em todo o mundo e também em organizações internacionais como a OIT onde o direito de greve tem sido ferozmente atacado. Estes ataques ocorrem inclusive em países desenvolvidos como a Coréia do Sul, onde o presidente da central KCTU é atualmente preso político do então governo de direita daquele país, a mesma Coréia do Sul em que milhões de manifestantes exigiram e conquistaram a renúncia da presidenta Park Geun-hye, após sucessivas denúncias de corrupção.

20 - A Turquia enfrenta, após a fracassada tentativa de golpe de julho de 2016, um modelo de repressão onde cada vez mais a democracia, os direitos humanos e a liberdade de expressão estão sob ameaça, além de uma guerra civil silenciosa contra os curdos. Mais de 125.000 funcionários públicos foram demitidos ou suspensos desde a tentativa de golpe, os setores mais progressistas estão sendo atacados e perseguidos com mais de 100.000 cidadãos sob investigação, além de 47.555 destes, inclusive muitos jornalistas, seguem detidos.

21 - A luta pela autodeterminação e a liberdade do povo palestino, o direito ao retorno e a liberdade dos presos políticos seguem sendo nossa prioridade, onde políticas segregacionistas do Estado de Israel se impõem sobre os palestinos. Nos solidarizamos também com o povo Saharauí na luta pela sua autodeterminação e soberania frente à opressão e violência que enfrenta privados de sua liberdade em pleno século XXI.

22 - Cada vez mais, a crise econômica, os conflitos armados nacionais e as ameaças de guerras são os grandes responsáveis pela maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. A Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima que o número de pessoas deslocadas – forçadas a deixar suas casas em razão da guerra – no primeiro semestre do ano passado foi, dentro de seus próprios países, de 1,7 milhão de pessoas, enquanto cerca de 1,5 milhão cruzaram alguma fronteira internacional em busca de refúgio. Neste “novo mundo”, ao mesmo tempo em que a crise econômica reforça, ela é intensificada pelo recrudescimento da ameaça terrorista, tornando a conjuntura cada vez mais instável e marcada pela ausência de qualquer perspectiva de solução para conflitos militares que acontecem não apenas no Oriente Médio ou em outras regiões conflagradas, mas que se espalham pelo planeta. Não há trabalho decente sem paz e liberdade.

23 - A falência do acordo de Livre-Comércio firmado em 2015 por 12 países do Pacífico que representam 40% da economia mundial, o TPP (Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica), deve abrir brechas para que a China amplie sua influência na região do Pacífico. Os chineses encontram-se cada vez mais no



paradoxal papel de grandes defensores do livre-comércio e da globalização. É importante destacar que a crítica da esquerda internacional aos acordos de livre-comércio, mais recentemente chamados de tratados econômicos de nova geração, é de que esses tratados produzem um processo concorrencial entre os países para atrair investimentos que forcem a redução do papel do Estado, na economia, na proteção social e também ambiental.

24 - Todo esse cenário deverá trazer mais instabilidade e imprevisibilidade à conjuntura internacional no próximo período. A isso devem-se somar processos eleitorais em países centrais no núcleo de decisão da União Européia, como Itália e Alemanha, todos com previsão de campanhas acirradas e marcadas pelo crescimento da direita e da extrema-direita. Na França a vitória do banqueiro Emmanuel Macron, que atende aos interesses do sistema financeiro e das políticas neoliberais, aponta para o avanço de um modelo de exclusão social e de retirada de direitos sociais. Sua eleição, baseada num discurso de ataque ao sistema político, mas muitas vezes criticado como vazio, se deu num contexto de crise dos dois principais partidos franceses (socialista e republicano) que ficaram de fora do segundo turno, levando-o a uma disputa com o setor ultraconservador, representado por Marine Le Pen.

25 - Na América Latina, nas últimas duas décadas, a ascensão de uma série de governos de esquerda promoveu importantes reformas sociais, reduzindo a pobreza e a miséria, assim como a desigualdade em suas múltiplas dimensões. No entanto, a desaceleração da economia mundial nos últimos anos e a queda no preço internacional das commodities (matérias primas) tiveram um forte impacto negativo na região, que tem sua economia baseada em grande parte na exportação de diversas matérias prima para indústrias de ponta. Foi essa nova conjuntura que possibilitou uma ofensiva da direita latino-americana por meio da aliança entre partidos tradicionais, setores do judiciário e mídia empresarial e a retomada de governos com clara orientação neoliberal, tais como a vitória eleitoral de Macri na Argentina; a derrota da esquerda peruana ainda no primeiro turno das eleições presidenciais; os golpes parlamentares em Honduras e no Paraguai; a gravíssima crise na Venezuela e, por último, mas não menos importante, o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff.

26 - A expulsão de imigrantes, a possibilidade da construção de muro em toda a fronteira entre EUA e México, bem como o fim do acordo comercial NAFTA, teriam efeitos brutais na política e na economia do México. Um cenário em que os Estados Unidos fecham a sua economia poderia fortalecer a integração latino-americana. Resta saber como os novos governos de direita do continente irão reagir a um cenário que contrasta com seus conceitos ideológicos de aproximação subalterna



aos Estados Unidos e de desconfiança em relação aos potenciais das economias dos demais países latino-americanos.

27 - Apesar da manutenção do cruel embargo econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba, a política do atual governo norte-americano coloca em suspenso as recentes iniciativas para distender as relações diplomáticas entre os dois países, promovidas pelo ex-presidente norte-americano Barack Obama, com o governo liderado por Raúl Castro.

28 - Na Colômbia, a oposição ao acordo de paz assinado entre o governo do presidente Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP) reproduz, em parte, o fenômeno do fortalecimento de uma extrema-direita comprometida em radicalizar um discurso bélico. Esse cenário produziu a dramática rejeição ao acordo de paz que colocaria fim a um conflito armado que se arrastou por 52 anos e custou a vida de mais de 220 mil pessoas. Fortalecido depois de vencer o Prêmio Nobel da Paz de 2016, o presidente colombiano, em negociação com as FARC, conseguiu aprovar um novo acordo que aponta para o atendimento dos oito milhões de vítimas do confronto, para os investimentos na reforma agrária e para o reconhecimento das FARC como partido político.

29 - Na Argentina, o resultado da política econômica neoliberal do Presidente Mauricio Macri, similar à que tem sido defendida pelos demais governos conservadores da região, tem sido um desastroso desempenho econômico: retração do PIB em mais de 3%, inflação anual de 41%, crescimento da dívida pública interna em cerca de US\$ 40 bilhões. Na área social o desastre não é menor: estima-se que o percentual da população em situação de pobreza se aproxima de 40%, contra pouco menos de 30% no início do atual governo no final de 2015. A greve geral do dia 06 de abril de 2017, convocada unitariamente pelas centrais sindicais, foi um marco importante nas lutas contra as medidas econômicas do governo de Macri e demonstrou a vitalidade do movimento sindical e popular argentino.

30 - No Equador, após a vitória do candidato Lenín Moreno, apoiado pelo presidente Rafael Correa, a direita equatoriana, assim como Aécio Neves e seus correligionários fizeram em 2014, não reconheceu os resultados, pediu a recontagem dos votos e convocou protestos e mobilizações nas redes sociais.

31 - Em 2017 haverá a eleição para a presidência do Chile onde recentemente milhões marcharam contra o sistema privatizado de previdência social.

32 - No Paraguai além da instabilidade política, as chamadas "maquilas" – plantas de trabalho precário e que lá são marcadas pela forte presença de companhias



brasileiras principalmente no setor da indústria têxtil – representam a expressão mais cruel das cadeias globais de abastecimento e exigem do movimento sindical uma resposta firme e efetiva através, sobretudo, do fortalecimento da ação das confederações internacionais às quais a CUT é filiada, da Confederação Sindical Internacional (CSI) e da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), no sentido do pleno respeito aos direitos laborais de toda a classe trabalhadora.

33 - É ainda importante acompanhar como os demais governos de esquerda do continente, tais como os da Bolívia, Uruguai, El Salvador e Nicarágua, irão reagir à crise e aos ataques da direita.

34 - A política externa do governo golpista brasileiro atende a todo esse movimento de avanço conservador no mundo, orquestrado pelos interesses das grandes empresas multinacionais. É uma política provinciana, subalterna e de adesão ideológica e orgânica aos países ricos, em detrimento de uma visão de integração sul-sul. Esta postura se expressa nas tentativas de enfraquecer e desmoralizar o Mercosul, como espaço de integração para além de questões comerciais; na entrega das riquezas à exploração de empresas estrangeiras, sobretudo na área de petróleo e gás; no esvaziamento da atuação brasileira nos BRICS (grupo político de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e na paralisação das políticas de integração com os países do continente africano. A tríplice aliança neoliberal dos atuais governos do Brasil, Argentina e Paraguai tem, de forma irresponsável, inviabilizado a participação legítima da Venezuela no Mercosul e contribuído para gerar ainda mais instabilidade interna naquele país. Como afirmou Celso Amorim, o governo Temer apresenta “uma visão pré-concebida e até cheia de preconceitos contra o Mercosul e o processo de integração na América do Sul” por meio da Unasul, visão compartilhada, em grande medida, pela maioria da direita latino-americana.

35 - Uma das expressões mais acabadas da submissão do atual governo brasileiro aos interesses dos países ricos foi sua decisão de votar contra a resolução do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) que renovava o mandato da organização de monitorar os impactos das políticas fiscais de cada país sobre os direitos humanos de seus cidadãos e suas cidadãs.

36 - Uma resposta efetiva às ameaças conservadoras contra as conquistas históricas da classe trabalhadora, articulada com a defesa de uma concepção vigorosa de democracia e a construção de uma alternativa internacional de esquerda, em contraposição às contradições do sistema econômico capitalista, serão as principais tarefas do movimento sindical nos próximos anos, tarefas essas



que exigem que as entidades sindicais internacionais se consolidem cada vez mais como sindicatos globais.

37 - A CSI deve cumprir o papel de grande articuladora das lutas e campanhas internacionais, contra o neoliberalismo, por um novo modelo de sociedade, justo e igualitário. Em nosso continente, devemos fortalecer a CSA, utilizar e aproveitar a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA) como uma ferramenta fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo, politicamente democrático e baseado no direito inalienável dos povos de decidir sobre o seu futuro. Juntamente com CSI e CSA, a CUT têm atuado com forte protagonismo na construção de uma visão sindical sobre a Agenda 2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas metas estabelecidas no Acordo de Paris da COP21.

38 - Ao mesmo tempo em que enfrentamos tamanho desafio em nível global, construímos também a chance de ter um novo movimento de esquerda que compreenda que o atual estágio da luta de classes deve combinar as lutas por distribuição de riqueza com aquelas por reconhecimento cultural, de raça, geracional orientação sexual e identidade de gênero – entendendo, dessa forma, que a construção de uma sociedade emancipada depende do combate aos obstáculos às injustiças em suas múltiplas dimensões.

39 - Apenas amplos e massivos protestos dos movimentos sociais e sindicais de todo o mundo podem impedir que as elites e o capital internacional continuem desprezando a democracia e impondo uma repressão cada vez mais autoritária e violenta. Apenas assim daremos freio neste tipo de exploração transformando o mundo num lugar onde a democracia, direitos, liberdade e paz se fortaleçam cada vez mais e passem a ser a nova realidade.

CONJUNTURA NACIONAL

O GOLPE E A AGENDA NEOLIBERAL

O significado político do golpe

40 - O golpe que retirou do poder a Presidenta Dilma Rousseff foi tramado pelas forças que não aceitaram a derrota nas eleições 2014. Uma conjugação de fatores fortaleceu a ação dos golpistas. A política adotada para combater a crise econômica, oposta à plataforma que a Presidenta defendera na campanha eleitoral, provou-se ineficaz e contribuiu para minar suas bases de sustentação social e política.



41 - Uma das primeiras iniciativas do governo Dilma foi restringir políticas sociais importantes (pensões, seguro-desemprego, Pronatec, FIES). Na seqüência, vieram medidas que atenderam aos interesses do mercado e não do seu eleitorado: elevação da taxa de juros, aumento generalizado de preços administrados pelo governo impactando fortemente os índices de inflação, corte no orçamento público e no financiamento da atividade econômica pelo BNDES. Os resultados foram o agravamento da crise econômica - com encolhimento do PIB de 3,8% em 2015 - e perda acentuada do apoio popular.

42 - Esse resultado foi explorado pelas forças de oposição no Congresso, o mais conservador da história recente e onde o governo perdera maioria. A Câmara de Deputados, presidida por Eduardo Cunha, foi colocada em rota de colisão com o governo. Crise política e crise econômica passaram a se retroalimentar, criando espaço para o PSDB e o PMDB articularem a base parlamentar do golpe.

43 - Assistimos ao arranjo de um pretexto para justificar o impeachment, as "pedaladas fiscais", e à intensa propaganda nos principais meios de comunicação do País a favor da derrubada do governo. No rastro dessa propaganda, a direita foi mobilizada para as manifestações de rua. A mídia golpista continuou disseminando o ódio à esquerda, associada seletivamente a supostos atos de corrupção anunciados pela operação Lava Jato, comandada pelo Ministério Público, pelo poder judiciário e pela polícia federal. Por último, tivemos a farsa do julgamento do impeachment no Senado, presidida por um representante do Supremo Tribunal Federal.

44 - Ao longo de todo este processo, a CUT destacou-se no cenário nacional por sua firme oposição ao golpe. Promoveu, com este objetivo e em parceria com os movimentos sociais, particularmente através da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, inúmeras manifestações de massa em todas as capitais do País e em cidades do interior. Apesar da resistência popular, o Senado aprovou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Foi um golpe contra a democracia, ao suprimir a vontade popular expressa em mais de cinquenta e três milhões de votos. Foi uma ruptura do Estado de Direito, dissimulada como ato constitucional e legítimo. Serviu de atalho para as forças derrotadas seguidamente desde 2002 retomarem o poder com o objetivo de restaurar a agenda neoliberal. Nesta agenda política regressiva, a redefinição do papel do Estado e a retirada de direitos fundamentais dos/as trabalhadores/as são vistos como necessidade imperiosa e única via para superar a crise econômica em que o País continua mergulhado. Foi um golpe contra a classe trabalhadora.

Ação articulada para implementar a agenda neoliberal

45 - As medidas adotadas depois do golpe têm demonstrado como a agenda do governo ilegítimo de Temer é pautada por interesses do mercado e como os três



poderes da República atuam de forma articulada para viabilizar o retrocesso civilizatório implícito na restauração neoliberal.

46 - O Poder Executivo concentra sua ação na pauta fiscal, tendo proposto ou apoiado as seguintes iniciativas: aprovação da Emenda Constitucional nº 93, que prorroga a desvinculação de receita da união (DRU); apresentação e aprovação da Emenda Constitucional nº 95 que institui novo regime fiscal (congelamento de gastos por vinte anos); apresentação da PEC 287 que prevê a reforma da Previdência; aprovação da Lei nº 13.291/2016 que altera a meta fiscal de 2016; regulamentação da lei nº 13.254, que tratou da repatriação e recursos; nova regulamentação do ensino médio (Lei nº 13.415/2017); apresentação da medida provisória que levou à Lei nº 13.417, que revogou o caráter público da Empresa Brasileira de Comunicação, retirando sua autonomia diante do Poder Executivo.

47 - O Poder Legislativo tem focado sua ação em propostas que contribuem para “melhorar o ambiente de negócios”, revendo a legislação existente, abrindo a economia ao setor privado e propondo a flexibilização das relações do trabalho. Este propósito evidencia-se nas seguintes iniciativas: aprovação do PL 4.302/1998 na Câmara que amplia a terceirização, que também é o tema do PLC30/2015 em curso no Senado; Lei nº 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias nos três níveis de governo; a Lei nº 13.334/2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI); a Lei nº 13.299/2016, que muda as regras de concessões para facilitar concessões públicas e leilões; a Lei nº 13.360/2016 que altera o marco regulatório da energia elétrica no País; Lei nº 13.365/2016 que destitui a Petrobrás como operadora única do Pré-sal; aprovação no Senado do PLP nº 268/2015 que altera as regras de governança dos fundos de pensão; PLC nº 38/2017 que trata da reforma trabalhista.

48 - Para aprovar suas medidas, o governo Temer contava, até pouco tempo, com ampla maioria nas duas casas do Congresso. A oposição estava reduzida a 100 deputados e 16 senadores. O governo teve, até agora, o apoio de 413 deputados (240 são tidos como apoio consistente e 173 como apoio condicionado) e de 65 senadores (54 tidos como apoio consistente e 11 como apoio condicionado). Essa maioria, no entanto, não é imune à pressão popular, muito menos às mudanças na correlação de forças.

49 - O Poder Judiciário tem atuado em cumplicidade com o governo golpista. O Supremo Tribunal Federal tem julgado matérias em sintonia com sua agenda: fim da desaposentação (RE 381.367); desconto dos dias paralisados em caso de greve de servidor (RE693.456); fim da ultratividade das convenções e acordos coletivos (ADPF 323); quitação plena dos programas de Desligamento Voluntário (PDV) ou



Programa de Demissão Incentivada (PDI) – (RE590.415); prevalência do negociado sobre o legislado (RE 590.415 e 895.759); possibilidade de votar, com repercussão geral, a inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST, que poderá liberar a terceirização da atividade fim da empresa.

Novo papel do Estado e o discurso da austeridade

50 - Não faltaram ao governo ilegítimo de Michel Temer condições para começar a colocar em prática a agenda que o levou ao golpe. Conseguiu, em pouco mais de oito meses, a proeza de aprofundar a crise econômica, política, social e moral em que se encontra mergulhado. Ao contrário do que anunciou logo depois do golpe, as medidas de austeridade adotadas continuam longe de promover, no curto prazo, a retomada do crescimento. Foram medidas repudiadas pela CUT por dois motivos básicos: têm como pressuposto um diagnóstico equivocada da crise, para a qual propõem soluções que, além de erráticas, têm penalizado a classe trabalhadora com o ônus do desemprego e da precarização do trabalho.

51 - O governo promoveu uma “pedalada” na projeção do déficit orçamentário para justificar cortes. Na verdade, o déficit não tinha a dimensão anunciada e nem resultou de um aumento irresponsável dos gastos do governo. A queda da arrecadação provocada pela estagnação econômica e o aumento da taxa de juros, que elevou o custo do governo de rolagem da dívida é que provocaram a elevação do déficit. Não foi o desequilíbrio fiscal que interrompeu o crescimento, mas a desaceleração do crescimento que produziu a crise fiscal, associada a uma política generosa de desonerações ao empresariado, sem nenhuma contrapartida.

52 - Baseando-se numa projeção de déficit forjada para justificar a política de austeridade, o governo conseguiu aprovar no Congresso, a toque de caixa e sem discussão com a sociedade, a Emenda Constitucional nº 95 que institui um novo regime fiscal, congela o orçamento federal por vinte anos e diminui drasticamente os recursos públicos para áreas essenciais como educação, saúde e assistência social. Para dar uma ideia do que isto significa, basta lembrar que se as regras da EC95/16 já estivessem em vigor desde 2003, o salário mínimo teria hoje apenas um terço do seu valor atual; os gastos do governo com saúde e educação teriam caído pela metade. É um verdadeiro desmonte do pouco de proteção social oferecida pelo Estado aos setores menos favorecidos da sociedade que dela dependem, cada vez mais, numa conjuntura de recessão e de desemprego. A medida, inédita no mundo, ignora por completo o principal componente de gasto do governo: os juros da dívida pública, que superaram os R\$ 500 bilhões em 2015 e foi superior a R\$ 400 bilhões em 2016.

53 - O PL 257, recentemente aprovado no Congresso, impõe aos Estados o alinhamento à política de austeridade como contrapartida ao alongamento de prazos para o pagamento de dívidas com a União. A maioria das exigências



impostas no projeto, como a proibição por dois anos de reajuste salarial dos servidores públicos, foi retirada em função da pressão popular que rachou o consenso dentro da própria bancada governista. A versão original do projeto induzia à crescente privatização dos serviços públicos, estimulava a venda de empresas públicas, promovia o arrocho salarial, a perda de direitos, a terceirização e a demissão de trabalhadores/as, além de impedir novas contratações na administração direta.

54 - As iniciativas não deixaram dúvidas em relação à agenda política daqueles que tomaram de assalto o poder: a subordinação dos interesses sociais à lógica do mercado, submetendo milhões de brasileiros à dinâmica da rede privada de serviços que deveriam ser públicos e mantendo a maioria mais pobre da população refém de políticas públicas cada vez mais reduzidas e precárias. Revelam a desfaçatez das forças golpistas que romperam o Estado de Direito para impor à sociedade uma nova forma de gestão do fundo público: em vez de ser usado para reduzir as desigualdades sociais, é desviado em proporções cada vez maiores para setores rentistas como pagamento da dívida pública. Somente em 2016 foram transferidos para o sistema financeiro mais de R\$ 1,35 trilhão com refinanciamento, amortização, juros e encargos da dívida pública, enquanto que o orçamento da seguridade social, que envolve previdência, assistência e saúde totalizou para o mesmo ano praticamente metade disso, R\$ 750,9 bilhões.

55 - Trata-se de uma revisão do papel do Estado brasileiro que deixa de combater as desigualdades sociais, oferecendo aos cidadãos brasileiros políticas públicas de qualidade e proteção social aos mais vulneráveis, para se render aos interesses do mercado, garantindo o direito de propriedade, assegurando o cumprimento de acordos e honrando compromissos com credores da dívida interna e externa.

56 - Perseguindo a linha de desconstrução das políticas de inclusão social, o governo golpista incorporou a Previdência Social ao Ministério da Fazenda, extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário, que tinha como principais atribuições promover a agricultura familiar e a reforma agrária, vinculou a Secretaria de Políticas para Mulheres ao Ministério da Justiça e Cidadania, que passou a responder também pelos temas relacionados à igualdade racial e aos direitos humanos. Em fevereiro de 2017, sob pressão para acomodar novos e velhos interesses, não teve fôlego para a desejada ampliação do número de ministérios e acabou criando apenas o Ministério de Direitos Humanos.

Entrega de riquezas nacionais à exploração de empresas estrangeiras

57 - A subordinação da economia nacional aos interesses do capital internacional ficou evidente com a mudança das regras de exploração do pré-sal, onde a Petrobrás perdeu a exclusividade, e com as mudanças nas regras de conteúdo local



para o setor de petróleo, que limitaram em 50% os percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país exigidos em licitações de exploração de petróleo e gás. Depois de esfacelar a Petrobrás com a venda acelerada de ativos em momento de baixa dos mercados, desnacionalizar campos do pré-sal a preços irrisórios e reduzir os percentuais de conteúdo local mínimo obrigatório, o Conselho Nacional de Política Energética aprovou, no início de maio, uma nova política para a área. Suas consequências serão novamente devastadoras: enfraquecimento da Petrobrás, liquidação das reservas de petróleo do País, sucateamento da indústria de máquinas e equipamentos e entrada em massa de novos competidores internacionais.

58 - Outras medidas têm favorecido a entrada de capital estrangeiro no setor de infraestrutura, como aeroportos, e na compra de grandes extensões de terras. Está em trâmite no Congresso, em regime de urgência, o PL 4059/2012, que trata da venda irrestrita de terras a estrangeiros. O projeto é defendido pela bancada ruralista e conta com o apoio do governo Temer. Veem na entrada de bilhões de dólares uma valiosa contribuição para a superação da crise econômica. No entanto, o projeto poderá colocar em risco a soberania nacional, se a venda de terras atingir áreas de fronteira. A venda irrestrita de terras fará com que a produção de alimentos interna seja trocada por produção de *commodities*, que serão exportadas aos países de origem das empresas ou pessoas que comprarem terras, colocando também em risco nossa soberania alimentar. Se aprovado, reforçará o agronegócio e a concentração fundiária, deixando em segundo plano a agricultura familiar e cada vez mais remota a reforma agrária.

Reforma autoritária do ensino médio

59 - Apresentada em setembro de 2016 diretamente ao Congresso e sem qualquer discussão prévia com a sociedade, a MP 746 estabelecia uma profunda reforma do ensino médio. Passando por cima da legislação que concebe o ensino médio como o equivalente para o ensino universitário (Lei Nº 1821, de 12 de março de 1953), a MP desobrigava os sistemas de ensino de oferecer disciplinas como educação física, artes, sociologia e filosofia, transformando o ensino médio numa formação aligeirada para jovens e trabalhadores/as adultos/as com a única perspectiva de se inserirem no mercado de trabalho.

60 - A proposta aumentava a carga horária das atuais 800 horas para 1.400 horas, obrigando os/as estudantes a permanecerem mais tempo no ambiente escolar, sem apresentar uma linha curricular clara, situação que afetava principalmente o período noturno no qual é maior a frequência de trabalhadores/as que estudam. Desconsiderava ainda a dura realidade dos/as professores/as que, em razão dos baixos salários, devem se deslocar diariamente para mais de um local de trabalho.

61 - A forma autoritária usada para encaminhar a medida, em total desrespeito ao processo democrático de construção da política nacional de educação, despertou a



reação imediata das entidades representativas dos trabalhadores de ensino e dos estudantes. Escolas foram ocupadas pelos estudantes em várias regiões do País, desencadeando uma onda nacional de repúdio à proposta e ao governo golpista.

62 - A Lei nº 13.405/2017, aprovada pelo Congresso em fevereiro deste ano, estabelece uma carga horária que deve ser ampliada progressivamente, até atingir 1,4 mil horas anuais. Estabelece ainda que 60% da carga horária dos três anos do ensino médio sejam compostos de um conteúdo mínimo obrigatório, definido pela Base Nacional Curricular Comum, ainda em debate. O restante será definido de acordo com proposta da escola, que deverá oferecer um entre cinco "itinerários formativos". Três deles articulam a uma área fundamental - linguagens, matemática e ciências da natureza - as respectivas "tecnologias". Os outros itinerários são: ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica profissional.

O AGRAVAMENTO DA CRISE ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL

Aprofundamento da recessão e elevação do desemprego

63 - As medidas de austeridade adotadas pelo governo estão longe de apresentar uma saída para a crise econômica e de promover a retomada do crescimento. Os indicadores de desempenho recente da economia são impressionantes: o PIB per capita recuou ao patamar de 2010; a recessão atingiu praticamente todos os setores econômicos, a taxa de desemprego atingiu o número alarmante de 14,2 milhões de pessoas, a renda recuou e a apenas cerca de 15% das convenções coletivas celebradas em 2016 conseguiram aumento real de salário.

64 - Com a economia brasileira em depressão - com a inflação em queda, devido à absorção aos choques de preços de tarifas e à contínua recessão - o que o governo Temer oferece, apesar do discurso reformador, é a destruição dos ganhos sociais recentes, em nome do receituário econômico de austeridade que tem sido constantemente rejeitado no mundo.

65 - A queda da taxa Selic e queda da inflação, alardeadas como avanço nos indicadores econômicos em 2017, foram resultado da recessão. Uma eventual consolidação das reformas colocará o país em posição cada vez mais periférica na economia mundial, muito mais distante de reformas estruturais direcionadas à construção de um projeto de desenvolvimento econômico que seja inclusivo e sustentável em termos produtivos e ambientais, que é o desejo da classe trabalhadora.

Crise social e insegurança

66 - Iniciamos 2017 com cenas que chocaram o mundo durante as rebeliões em presídios brasileiros. A perplexidade diante de dezenas de mortes brutais foi ainda



maior diante da absoluta incapacidade do governo federal para enfrentar a questão, considerada um fato acidental pelo Presidente Michel Temer e a ser resolvido pela repressão, segundo o Ministro da Justiça da época, Alexandre de Moraes. Os fatos, porém, revelam uma profunda crise, não apenas do sistema prisional, mas da própria política nacional de segurança, envolvendo os três poderes. Embora seja mais complexa do que o mero repasse e gestão de recursos, a crise não deixa de estar -ligada aos cortes de investimentos nos serviços públicos.

67 - Outro sintoma dessa crise é a total insegurança em que vive a população dos bairros periféricos das grandes cidades, onde a exclusão social continua gritante e os moradores permanecem à mercê do crime organizado, da atuação ilícita das milícias e da ação repressiva dos órgãos públicos responsáveis por sua segurança. Como -resultado, o Brasil carrega hoje o triste título de campeão mundial de homicídios em números absolutos, com cerca de 60 mil pessoas assassinadas por ano, em sua maioria jovens, negros e pobres. Fica evidente, nesses casos, que vidas de jovens negros não contam. Mais do que isso, assistimos a uma naturalização da violência que tira a vida e a uma banalização da própria vida.

68 - A fragilidade do atual governo criou um ambiente propício à grilagem de terras e para o aumento da violência no campo, particularmente contra lideranças e participantes de movimentos sociais que lutam pela terra. Em 20 de abril, nove trabalhadores sem-terra foram mortos por fazendeiros em Colniza, Mato Grosso. A crueldade dos assassinatos chocou a opinião pública nacional e internacional. Poucos dias depois, índios da etnia gamela foram brutalmente atacados por pistoleiros e jagunços enviados por proprietários da região. A emboscada deixou 13 indígenas feridos. Cinco foram baleados e dois tiveram as mãos decepadas. São exemplos recentes de um cenário mais vasto de violência: o Brasil lidera o ranking de países em número de conflitos de terra, de acordo com levantamento feito pela ONG Global Witness (Testemunha Global). Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT),houve 61 assassinatos em lutas no campo em 2016: entre as vítimas, 13 indígenas, 4 quilombolas e 6 mulheres.

69 - As consequências da recessão e da política de austeridade do governo ilegítimo têm se manifestado em situações limite de exclusão social. O desemprego tem empurrado um número crescente de pessoas para a miséria. Basta observar as cenas sombrias nas grandes cidades onde moradores sem teto perambulam sem esperança pelas ruas do centro.

70 - As consequências da recessão e da política de austeridade do governo ilegítimo têm reforçado um quadro de violência estrutural do país. A situação



falimentar em que se encontram governos estaduais, onde os serviços fundamentais deixaram de ser oferecidos à população ou são cada vez mais precários e onde os funcionários públicos estão sendo penalizados com atrasos sucessivos de salários e de aposentadorias, age como combustível nessa reação explosiva. Não haverá ajuda do governo federal na renegociação de dívidas sem que os governos falidos adotem as medidas de austeridade prescritas por ele.

Incertezas no cenário político: ilegitimidade e crise institucional

71 - Nos primeiros seis meses de mandato, o governo golpista demonstrou relativa força. Usou a reforma ministerial para consolidar sua base de apoio no Congresso, aproveitou-se da desarticulação do Centrão, com a prisão de sua principal liderança, Eduardo Cunha, e conseguiu aprovar por ampla maioria projetos de interesse do governo. Contou com o apoio complacente da mídia golpista que continuou a explorar, ao máximo, os vazamentos seletivos das delações premiadas da operação Lava Jato para criminalizar a esquerda e que celebrou entusiasticamente sua derrota nas eleições municipais.

72 - Por outro lado, o governo foi fustigado por uma sequência de fatos que deixaram às claras quem é a quadrilha que tomou de assalto o poder. Em seis meses, 6 ministros caíram por envolvimento em denúncias de corrupção. Neste período, outros cinco ministros foram mantidos no cargo, apesar de aparecerem como suspeitos do mesmo crime, processo que atingiu o próprio Presidente Michel Temer. No final de 2016, lideranças expressivas do PSDB referiam-se ao governo como uma “pinguela” para a travessia até as eleições de 2018, cabendo a Temer realizar reformas impopulares e colocar a economia nos eixos do ideário neoliberal.

73 - O governo teve que recuar na proposta de uma reforma ministerial mais ampla em fevereiro de 2017, optando por mudanças que selaram a aliança com o PSDB, levando-o ao núcleo do poder, e que mantiveram sob o escudo do foro privilegiado políticos denunciados em crimes de corrupção. Foi abalado com a crise de segurança que assustou o País no rastro das rebeliões nos presídios e dos episódios de violência ocorridos no Espírito Santo.

74 - Apesar do contorcionismo da mídia que tenta encontrar nos números sinais de recuperação econômica, os dados não mentem: o País está sendo arrasado pela depressão e ninguém de “conhecimento e boa fé” acredita na propaganda do Ministro da Fazenda de um crescimento de 0,5% em 2017 e de 2,5% em 2018. À decepção com o mal desempenho da economia, soma-se a crescente resistência às reformas impopulares, nas ruas e no Congresso, que até há pouco colocava



o governo num dilema: se insistisse na agenda impopular, perderia o apoio no Congresso; se não aprovasse as reformas, perderia o apoio do “mercado” e da mídia, ficando vulnerável à cassação na Justiça Eleitoral.

75 - Novo abalo no cenário político foi provocado pelo vazamento de delações premiadas envolvendo a empresa Odebrecht e pelas recentes delações da JBS. A amplitude e a gravidade das denúncias, a serem ainda apuradas, apontam uma crise sem volta para o governo, que deverá ser destituído. Sua base de apoio, alheia aos anseios de mais de 85% da população, busca uma saída que garanta a continuidade da agenda de ataque aos direitos, via eleição indireta. A CUT e os movimentos populares lutam, em sintonia com o povo brasileiro, para que um novo presidente seja escolhido pelo voto popular. As denúncias também mostram a corrosão do sistema político, cuja reforma só poderá ser efetiva se vier através de uma Constituinte exclusiva e soberana.

Ascenso das lutas populares

76 - Crescem as manifestações de rua contra as reformas da previdência e trabalhista, na mesma medida em que despenca a aprovação do governo. A mobilização popular está em rota de ascenso: foram significativas no dia 8 de março, ultrapassaram a emblemática marca de um milhão de manifestantes em todas as capitais e em inúmeras cidades do interior no dia 15 de março, tiveram dimensão semelhante no dia 31 do mesmo mês e atingiram 40 milhões de trabalhadores/as durante a greve geral convocada pelas centrais sindicais no dia 28 de abril.

77 - Apesar do apoio da mídia, a popularidade do presidente ilegítimo, que sempre foi baixa, caiu ainda mais, chegando ao baixíssimo índice de 5% de aprovação, segundo a mais recente sondagem CUT/Vox Populi, na segunda quinzena de abril. Os resultados da pesquisa do mostram também o crescimento da desaprovação às suas iniciativas e políticas. Pesa ainda sobre o governo a ameaça de cassação de mandato do presidente ilegítimo pelo TSE, como resultado de uma ação ajuizada no TSE pelo PSDB, medida que deve voltar à pauta do TSE no final de maio e que conta com o apoio de 78% da população, segundo a mesma pesquisa. De acordo com levantamento do Datafolha, o percentual de defensores das “Diretas Já” é de 85%.

78 - A reforma da Previdência é rejeitada por 93% da população. A terceirização é reprovada por 80% dos entrevistados, 70% dos quais acreditam que trará retrocessos e mais da metade que muitos perderão direitos; um percentual de 66%



acha que provocará o desemprego e queda no crescimento da economia. A aprovação da política de corte de gastos caiu de 19% para 10% entre junho de 2016 e abril de 2017.

79 - Realizamos no dia 28 de abril a maior GREVE GERAL da história do país. Em todos os estados e em mais de 250 municípios greves e manifestações responderam ao chamado unitário das centrais sindicais "Em 28 de abril, vamos parar o Brasil", envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores de todos os setores econômicos. Nossa militância e nossos dirigentes estiveram nas ruas, desenvolvendo ações para fortalecer a paralisação do transporte, para convencer o comércio a fechar as portas, ou pressionando diretamente a paralisação de fábricas, de agências bancárias, de portos, de escolas, de serviços públicos, das atividades de empresas rurais.

80 - Apesar da violenta repressão, a classe trabalhadora deu seu recado ao governo golpista e a sua base de apoio no Congresso: não aceitaremos a retirada de direitos prevista na reforma trabalhista, na reforma da previdência e muito menos a precarização do trabalho causada pela terceirização irrestrita. Nosso grito de guerra ecoou por todo o País, nos grandes centros urbanos, assim como em inúmeras cidades do interior: NENHUM DIREITO A MENOS!

81 - A população voltou às ruas depois das denúncias da JBS exigindo a saída de Michel Temer. No dia 24 de maio, o movimento sindical e os movimentos populares ocuparam Brasília com as palavras de ordem: nenhum direito a menos, retirada imediata da reforma da previdência e da reforma trabalhista da pauta do congresso, fora Temer, diretas já! Cerca de 200 mil trabalhadoras/as ocuparam Brasília, numa das maiores mobilizações da história da capital federal. Vieram dispostos a dizer em alto e bom som, ao governo e ao congresso, que as reformas têm que parar e que temer tem que sair agora, para que o País reencontre seu caminho através da democracia. O Congresso lhes voltou as costas. Foram recebidos com violência e repressão por uma polícia despreparada e um governo desesperado, que chegou ao cúmulo de acionar as forças armadas para reprimir trabalhadores/as, lembrando os piores dias da ditadura militar.

82 - Uma vez derrotado o governo Temer na sua agenda de ataques aos direitos trabalhistas e à aposentadoria, abre-se a via para uma saída democrática para a crise em que o golpismo mergulhou o Brasil: dar a palavra ao povo soberano com antecipação das eleições, Lula presidente e uma Constituinte que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso servil, abrindo a via para as reformas populares necessárias.



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sob pressão da sociedade, governo recua

83 - A proposta de reforma da Previdência foi apresentada através da PEC 287. Num ataque à Constituição, por ferir o princípio que veda o retrocesso social, a proposta original de reforma é extremamente perversa com a totalidade dos segurados. Ela atinge os três principais fundamentos considerados para efeito de concessão do benefício: a) a idade, que é aumentada; b) o tempo de contribuição, que é igualmente ampliado; o valor do benefício, que é reduzido.

84 - A proposta é inoportuna e autoritária. A crítica generalizada que a proposta recebeu de amplos setores da sociedade teve em comum a avaliação de que não se faz uma reforma dessa natureza e extensão num momento de recessão e sem ampla discussão com a sociedade. O que o governo propõe não é uma reforma, mas a destruição da previdência pública e da própria seguridade social asseguradas como direito pela Constituição de 1988. Seu objetivo final é restringir o acesso da população aos benefícios previdenciários e assistenciais, além de diminuir o valor dos benefícios, para abrir espaço aos fundos privados de pensão. A intenção fica evidente em pontos do projeto original como a imposição da idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, a extensão do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos para se obter a aposentadoria parcial, a exigência de 49 anos de contribuição para acesso à aposentadoria integral e a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Salário Mínimo. A PEC, na sua versão original, altera profundamente tanto o Regime Geral da Previdência Social quanto os Regimes Próprios, tornando improvável a integralidade do valor do benefício.

85 - Diante da pressão da sociedade, especialmente daquela que passou a vir das ruas, o relator do projeto da reforma da Previdência, Deputado Artur Maia, apresentou no dia 18 de abril seu parecer contendo as principais mudanças em relação ao projeto original. Entre essas mudanças, incluem-se: **idade mínima para aposentar** de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, adotando-se uma regra de progressividade que começa com 53 anos para mulheres e 55 anos para homens; **tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria parcial**: 25 anos ; **tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria integral**: diminuição de 49 para 40 anos; **aposentadoria rural**: 57 anos para mulheres e 60 anos para homens, com exigência de 15 anos de contribuição; **Benefício de**



Prestação Continuada–BPC manutenção do vínculo com o salário mínimo e idade mínima de 65 anos; **pensões:** mantida a vinculação como salário mínimo, com possibilidade de acumular aposentadoria e pensão até dos salários mínimos; **servidores públicos:** idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 aos para homens, diminuindo esta idade para 60 anos para professores e para 55 anos para policiais e criando-se regras de transição específicas; **parlamentares federais:** aposentadoria aos 60 anos, subindo a partir de 2020 até o limite de 65 anos (homens) e 62 (mulheres), com exigência de 35 anos de contribuição.

O governo mente quando afirma que a Previdência está falida

86 - A CUT rejeita a proposta, mesmo que ela tenha sido atenuada, por vários motivos. Primeiro, porque a Previdência não está falida, como afirma o governo ao alegar a existência de um rombo imenso nas contas que compromete não apenas a continuidade do sistema previdenciário, mas a retomada do crescimento no curto prazo e a própria sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Afirma que as medidas de austeridade adotadas para superar a atual crise econômica exigem, como complemento fundamental e inadiável, a reforma da Previdência. No entanto, não são os gastos com a proteção social que estão travando a economia. A recessão que devasta o País tem origem em outras causas. O governo mente quando fala do déficit da Previdência porque manipula dados. A Constituição de 1988 integrou a Previdência no sistema de Seguridade Social, da qual também fazem parte a Saúde e a Assistência Social. Se for observado o que prevê a Constituição, o orçamento da Seguridade Social tem sido superavitário, ao contrário do que alega o governo. Os resultados apresentados como deficitários são uma farsa contábil, por três motivos básicos: primeiro, porque foram incluídos na conta os custos com salários dos funcionários da Previdência, o que não é permitido; segundo, porque o governo diminuiu contabilmente a arrecadação da Seguridade ao não considerar a retirada de recursos decorrentes dos efeitos da DRU (Desvinculação de Receitas da União); terceiro, porque o governo desconsiderou as renúncias tributárias, que impactam na arrecadação da Seguridade Social; por último, porque o próprio governo não se empenha em coibir a sonegação nem em cobrar das empresas as dívidas com o sistema previdenciário.

87 - Diante dessa manipulação dos dados, a CUT defende a urgência de uma auditoria nas contas da Previdência Social. Só uma investigação séria, sob controle da sociedade, poderá revelar a real situação das suas contas, apontando as empresas sonegadas, o tamanho de suas dívidas, além de eventuais desvios de verbas do sistema para cobrir rombos no orçamento de outros setores do governo.



Esta iniciativa é necessária e urgente por duas razões. Primeiro, para desconstruir o discurso do governo e da mídia ao fazer a defesa da reforma da Previdência alegando que é deficitária; segundo, para subsidiar com informações precisas a formulação de uma política de longo prazo de sustentabilidade não só da Previdência, mas do conjunto da Seguridade Social.

Uma realidade que o governo desconsidera

88 - O que governo pretende não é fortalecer a Previdência Social, mas acabar com ela. O foco do seu projeto é a redução de custos, quando deveria ser o de aperfeiçoamento da proteção social num País em que as desigualdades ainda são muito graves. Ao invés de restringir o acesso aos benefícios, o governo deveria estar procurando uma estratégia para aperfeiçoar a arrecadação do sistema previdenciário brasileiro. A redução do desemprego e o incentivo à formalização do trabalho seriam uma forma de ampliar a base arrecadatória e dar sustentabilidade à previdência. Ao contrário, as políticas restritivas do governo têm alimentado a crise econômica e não oferecem qualquer perspectiva de retomada no curto prazo. A aprovação da terceirização ampla total e irrestrita levará diversos trabalhadores para a informalidade e fragilizará ainda mais a arrecadação previdenciária. Ao invés de impedir o colapso do sistema previdenciário, as ações do governo, quando olhadas em conjunto, podem servir para precipitá-lo.

89 - Numa linha de solidariedade entre gerações, são os trabalhadores e trabalhadoras da ativa que sustentam aqueles que já trabalharam e contribuíram por longo período e que encontram-se aposentados ou em processo de aposentadoria. Para que isso ocorra, os que agora estão inseridos no mercado de trabalho deveriam desfrutar de condições de trabalho relativamente estáveis.

90 - O mercado de trabalho brasileiro apresenta fortes distorções: as pessoas começam a trabalhar muito jovens (15,9 anos); persistem a alta rotatividade e períodos longos de desemprego; as jornadas de trabalho efetivamente trabalhadas são elevadas; a estrutura de ocupação é fortemente marcada por trabalhos insalubres e perigosos; a jornada de trabalho total das mulheres (no trabalho produtivo e reprodutivo ainda é muito superior à dos homens (a jornada das mulheres dedicada aos afazeres domésticos oscila em torno de 21 horas semanais, enquanto a dos homens não supera as 10h); os/as trabalhadores/as negros/as continuam sendo discriminados/as na contratação, no exercício de funções e na remuneração. Essa realidade deveria ser considerada ao se pensar o modelo de Previdência desejável para o País ou uma eventual reforma no sistema existente.



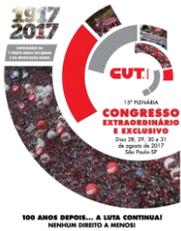
Para se pensar em longo prazo a Previdência Social e sua sustentabilidade é importante melhorar a qualidade do mercado de trabalho brasileiro.

91 - Apenas uma pequena parcela da população teria chances de se aposentar, cumprindo as novas exigências. No Brasil de hoje, ter emprego estável, com carteira assinada é a exceção, não a regra. O desemprego atinge atualmente 13,5 milhões de pessoas. Metade da força de trabalho está na informalidade. As pessoas que vivenciam relações precárias de trabalho - trabalho informal, trabalho temporário e/ou intermitente, trabalho terceirizado, PJ, além da alta rotatividade no trabalho - dificilmente conseguirão contribuir durante 25 anos para ter acesso à aposentadoria parcial, muito menos contribuir por 40 anos para ter direito à aposentadoria integral. E são elas que mais precisam da Previdência e da assistência do Estado. O quadro é ainda mais grave se levarmos em conta que esses/as trabalhadores/as executam trabalho que exige grande esforço físico e que dificilmente conseguirão continuar trabalhando até aos 62 ou aos 65 anos. Em outras palavras, dificilmente se aposentarão. Pior do que isso, o trabalho precário será a regra, depois do Presidente ilegítimo Michel Temer ter sancionado o PL 4302 da terceirização e caso o Congresso aprove a reforma Trabalhista que amplia a precarização para todos os setores e segmentos.

Uma reforma que acentua as desigualdades sociais e exclui os mais pobres, indo na contramão do que deveria ser a Previdência Social

92 - O governo Temer, desconsidera essa realidade ao propor simultaneamente essas duas reformas que produzirão efeitos nefastos para a classe trabalhadora e para a sociedade brasileira. A reforma Trabalhista proposta pelo governo torna o trabalho ainda mais precário, intensifica as distorções do mercado de trabalho apontadas acima e corrói as bases de sustentação do sistema previdenciário e de proteção. A reforma da Previdência, por sua vez, foi concebida pelo viés de redução de custos e penaliza os setores mais pobres da população, aumentando o já perverso quadro de desigualdades existentes no Brasil. É injusto com os setores mais vulneráveis, em especial as mulheres, professore/as do ensino fundamental, com os/as trabalhadores/as rurais, com os/as trabalhadores/as com deficiência e complacente com os mais ricos. Favorece as camadas de maior renda e mantém privilégios dos segmentos com maior poder de pressão.

93 - A Previdência, assim como o Brasil, é extremamente desigual: 50% dos recursos previdenciários vão para o segmento mais rico, que representa 10% do total de aposentados, enquanto apenas 25% destes recursos destinam-se aos 66%



dos aposentados mais pobres. Se o objetivo é economizar, mais justo seria se a reforma mirasse nos setores mais favorecidos: atingiria menos pessoas e economizaria mais. No entanto, não é isto que o governo quer. Ao contrário, seu foco é reduzir direitos dos/as trabalhadores/as mais pobres, impedindo ou restringindo seu acesso à aposentadoria.

94 - Dois terços da população brasileira situam-se nas camadas mais baixas de renda e têm dificuldade para atender às necessidades básicas da família. Esta condição as torna ainda mais dependentes de políticas públicas, asseguradas como direito pela Constituição. As limitações de investimento do governo golpista, com o engessamento do orçamento por vinte anos (EC n.95 ou “Teto dos Gastos”), tendem a agravar este quadro, ao restringir o âmbito e piorar a qualidade de políticas públicas das quais tanto depende este segmento majoritário da população. Essas pessoas têm o direito de se aposentar quando envelhecerem e perderem naturalmente parte da capacidade para o trabalho. O Estado deve cuidar delas nessa fase crucial de sua vida. No entanto, a reforma da Previdência proposta pelo atual governo dificulta o acesso a este direito fundamental porque eleva de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição e porque reduz a aposentadoria de quem contribuir por menos de 40 anos.

95 - A proposta original do governo pretendia ainda aumentar de 65 para 70 anos a idade de acesso ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, destinado ao setor da população que não têm renda suficiente para viver com o mínimo de dignidade, desvinculando o benefício das regras de correção do salário mínimo. Cabe salientar que o BPC é um benefício da Assistência Social e não previdenciário. A medida ampliaria a pobreza entre os idosos. Novamente, atingiria uma quantidade expressiva da população, sem fazer, no entanto, uma economia digna de nota.

Tratar igualmente desiguais é uma injustiça inaceitável

96 - A equiparação da idade para mulheres e homens se aposentarem, também prevista na proposta original, é injusta e inaceitável. Apesar da mudança feita pelo relator, que diminuiu de 65 para 62 anos a idade para as mulheres terem acesso à aposentadoria, a proposta continua sendo injusta e inaceitável. Mulheres vivem uma situação desigual no mercado de trabalho: enfrentam a discriminação em relação ao emprego, ao salário e à carreira profissional; enfrentam a dupla jornada de trabalho, pois ainda são, em sua maioria, as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados; enfrentam ainda a falta de creches, saem do emprego para cuidar dos filhos, voltam ao mercado de trabalho mais tarde, submetendo-se a



situações precárias de trabalho até acessarem novamente emprego formal. Em consequência, enfrentam mais dificuldades para contribuir de forma ininterrupta com a Previdência. Dificilmente conseguirão contribuir por 25 anos, sendo mais remota ainda a possibilidade de contribuírem durante 40 anos para terem acesso à aposentadoria integral.

97 - A comparação com países desenvolvidos, onde mulheres aposentam-se com idade próxima à dos homens, é equivocada. Pelo simples fato de que nesses países existem, de longa data, políticas públicas que conseguiram diminuir substancialmente as desigualdades entre homens e mulheres. Embora a proposta do relator altere pontualmente a proposta original do governo, reduzindo em três anos a idade mínima para as mulheres aposentarem, a medida continua representando uma perda significativa (pois aumenta em sete anos o tempo atual para acesso a aposentadoria, desconsiderando a dupla jornada de trabalho) e inaceitável de direitos por acentuar as desigualdades existentes, permitindo que elas se perpetuem.

98 - Na mesma linha, mesmo que tenha relativizado a igualdade das normas de acesso aos benefícios, o projeto de reforma altera as regras diferenciadas de aposentadoria para trabalhadores/as rurais, professores/as e trabalhadores em ocupações em minerações, trabalhadores/as com deficiência. Ao desconsiderar a realidade específica do trabalho de cada um desses segmentos, que justifica tratamento diferenciado, o projeto quebra um elo de solidariedade entre os trabalhadores/as – setores mais frágeis são reconhecidos e apoiados por setores relativamente em melhores condições de contribuir por mais tempo e que reconhecem no tratamento diferenciado uma justa reparação - e acaba acentuando as desigualdades sociais. E para piorar, a reforma da previdência proposta, retira dos/as trabalhadores/as o direito a aposentadoria especial, ignorando categorias de riscos profissionais e a precariedade das condições de trabalho.

Proposta do governo mantém privilégios

99 - O projeto não altera, no entanto, os privilégios de segmentos com maior poder de pressão, mantendo-os intocáveis. A manutenção das regras atuais para alguns segmentos – militares, por exemplo - e a penalização com perda de direitos para setores mais vulneráveis revela mais um aspecto contraditório, cruel e inaceitável da atual proposta de reforma. Ou seja, privilégios para uns, regras draconianas para outros.



Diante da pressão vinda das ruas, o governo tenta iludir e dividir a classe trabalhadora

100 - Atendendo ao chamado da CUT e dos movimentos sociais, manifestações ocorreram em todo o País no dia 8 de março em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e em protesto contra as reformas. Mais de um milhão de pessoas saíram novamente às ruas no dia 15 de março, em mais de 200 cidades do País, para protestar contra as reformas e contra o governo golpista. A ação se repetiu com maior intensidade ainda no dia 31 de março. O recado das ruas foi claro: os trabalhadores e trabalhadoras não vão aceitar essas mudanças sem que haja muita luta. Diante dessa pressão e dos sinais de divisão na sua base de apoio no Congresso, o Planalto reagiu, uma semana depois da manifestação do dia 15 de março, com uma manobra para dividir a classe trabalhadora: o presidente ilegítimo anunciou pessoalmente que os servidores públicos estaduais e municipais, que possuem Regime Próprio de Previdência, ficariam fora da proposta de reforma, como já estavam os militares, policiais militares e bombeiros.

101 - A manobra foi desmentida pelos fatos. Os trabalhadores municipais e estaduais não estarão livres das mudanças na Previdência: com a eventual aprovação da PL 257, os demais entes federados terão que se ajustar obrigatoriamente às normas estabelecidas pela União. Basta lembrar o que aconteceu com a EC 95, que estabeleceu rígidos parâmetros para o orçamento nos próximos 20 anos: Estados e Municípios tiveram que se subordinar à política do governo federal, por se tratar de matéria contida na Constituição Federal (Artigo 40 da Constituição Federal).

Sob pressão e dividido, Congresso sinaliza alterações na proposta

102 - Pelos motivos apresentados acima, a CUT considerou a proposta de reforma inaceitável e inoportuna, orientando suas bases para pressionar diretamente os parlamentares em suas bases eleitorais e a se juntarem às manifestações de massa contra o projeto, ao mesmo tempo em que exigiu sua retirada da pauta de votação no Congresso. Por outro lado, entidades representativas da sociedade civil apresentaram proposta de projeto substitutivo – OAB – ou emendas substitutivas ao projeto, como foi o caso da ANAMATRA e da CNBB. Inúmeras propostas de emendas ao projeto foram também feitas por parlamentares com o objetivo de atenuar pontualmente elementos considerados prejudiciais aos beneficiários da Previdência.

103 - O resultado foi o parecer do relator, atenuando em vários aspectos, como analisado acima, o projeto original de reforma. O governo aposta que com essas mudanças conseguirá aprová-lo. No entanto, dados levantados pela imprensa



revelam que o placar não lhe é favorável. São necessários 308 votos para aprová-lo na Câmara dos Deputados, antes do projeto seguir para o Senado. De acordo com o levantamento do ESP no dia 12 de abril, 273 parlamentares manifestaram-se contra o projeto original apresentado pelo governo, 101 a favor, 35 declararam-se indecisos, 65 não quiseram responder e 1 absteve-se. Novo levantamento feito pelo jornal no dia 20 de abril, desta vez considerando a versão da reforma contida no parecer do relator. O levantamento atingiu cerca de 60% do total de membros da Câmara (305 deputados). Apenas 50 eram a favor da nova proposta, 150 contra, 77 não quiseram responder e 52 não foram encontrados. Com o adiamento do início da votação para maio, depois da greve geral, muita coisa ainda pode acontecer neste cenário

REFORMA TRABALHISTA

104 - O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 27 de abril, substitutivo do deputado Rogério Marinho (PSDB) ao PL 6787/2016, popularmente chamado de reforma trabalhista. A proposta segue agora para votação no Senado, onde recebeu a denominação PLC nº 38/2017. É nefasto em toda sua extensão. Trata-se, de uma proposta que articula a destruição de direitos em diversas áreas e que faz parte do projeto sistêmico de mudanças que o governo golpista pretende implementar na perspectiva de sua agenda neoliberal. Foca em três campos básicos: contrato e jornada de trabalho, negociação e organização sindical, o papel da Justiça do Trabalho.

105 - Segundo a opinião de juristas do trabalho, a assessoria jurídica das entidades patronais que participou na elaboração do projeto trabalhou com “precisão cirúrgica ao ferir de morte o Direito do Trabalho, atingindo-o em seus pontos vitais”. O projeto altera mais de cem artigos da CLT sendo, em seu conteúdo essencial, de uma engenhosidade e perversidade sem iguais. Está todo direcionado para precarizar o trabalho e fragilizar a organização sindical, reduzindo brutalmente o custo da mão de obra.

106 - Se aprovado, levará o País a uma situação de barbárie, promovendo um retrocesso social “aquém de qualquer patamar civilizatório mínimo”, ao escancarar as portas para o trabalho em condições análogas às do trabalho escravo. Ao contrário do que afirmam o governo e a mídia que lhe é subserviente, não estimulará o crescimento do emprego. Ao invés de garantir melhores condições de trabalho para uma grande massa de trabalhadores e trabalhadoras que hoje já estão submetidos a condições extremamente precárias, especialmente os



migrantes, com a reforma trabalhista os novos empregos serão de uma qualidade comparável à dos trabalhadores bolivianos em empresas terceirizadas da indústria brasileira de confecção e vestuário, ou à dos/as trabalhadores/as explorados de forma semelhante no Camboja, em Myanmar ou no Vietnã.

107 - É um projeto de iniciativa dos empresários brasileiros que visa atender ao que propõe o documento lançado pela CNI em 2012, "101 Propostas para Modernização Trabalhista". O governo ilegítimo o assumiu como moeda de troca ao apoio recebido desses mesmos empresários no golpe que tirou do poder a Presidenta Dilma. O projeto tem autoria e endereço certos: CNI, Fiesp, Febraban, CNA, entre outras entidades de representação patronal. Põe a nu por onde passa a luta de classes.

108 - Para entender sua extensão e efeitos nefastos, é necessário recuperar elementos do padrão de regulação das relações de trabalho criado em 1943 com a promulgação da CLT. Em linhas gerais, este modelo nega a autonomia e a liberdade sindical, pulveriza a organização sindical por categoria profissional, restringe o âmbito da negociação coletiva, limita o direito de greve, submete a solução dos conflitos de interesse à arbitragem da Justiça do Trabalho e não cria mecanismos para coibir a ação anti-sindical da empresa no local de trabalho. Em outras palavras, o modelo corporativo ainda existente prioriza os direitos individuais em detrimento dos direitos coletivos e mantém as relações de trabalho desequilibradas a favor do capital.

109 - A CUT sempre defendeu a mudança neste sistema, tendo como foco a liberdade e autonomia sindical visando fortalecer a organização por ramo e um processo mais centralizado de negociação coletiva, que confira maior poder de barganha aos sindicatos. O sistema democrático de relações de trabalho defendido pela CUT ancora-se ainda numa legislação de sustento que equilibra a relação capita-trabalho, fortalecendo o lado mais frágil. O projeto de lei da reforma trabalhista (PLC 38/2017) vai na direção contrária a este modelo e radicaliza as distorções do sistema corporativo, assegurando ao capital condições extraordinárias para explorar o trabalho. Juntando as peças do quebra-cabeça, trata-se de uma reforma que em vez de modernizar as relações de trabalho promoverá seu retrocesso.

Flexibilização do contrato e das relações de trabalho

110 - O projeto pretende acabar com o contrato formal de trabalho, tal como conhecemos, e cria a possibilidade de várias formas de contrato precário,



combinados com diversas possibilidades organização da jornada de trabalho, todas elas mais perversas para o/a trabalhador/a, por se tornarem mais longas e por possibilitarem um tempo maior de trabalho realizado e não pago.

111 - Seguindo essa linha, o projeto representa, na prática, o fim do contrato de trabalho por tempo indeterminado com benefícios e proteção social. Amplia o prazo e reduz as condicionantes para utilização do contrato de trabalho temporário. Amplia a jornada e a possibilidade de utilização do trabalho em tempo parcial. Cria o contrato de trabalho intermitente, colocando os/as trabalhadores/as em permanente insegurança, pois nunca se sabe até quando se estará “empregado” e quanto se vai ganhar.

112 - Define as condições para ampliação da terceirização de forma generalizada e irrestrita e para acabar com a responsabilidade da contratante. Complementa, desta maneira, o PL Nº 4302, igualmente perverso e recentemente aprovado na Câmara dos Deputados através de uma manobra aviltante do presidente da casa. A terceirização irrestrita, sem a garantia da igualdade de direitos entre trabalhadores diretos e terceirizados, sem a responsabilidade solidária entre a empresa contratante e a contratada e sem a representação sindical dos terceirizados pela categoria preponderante, cria um cenário de total insegurança para o/a trabalhador/a terceirizado/a, abrindo espaço para uma exploração também absurda do trabalho.

Aumento da jornada e da exposição ao adoecimento e acidente de trabalho

113 - O projeto da reforma trabalhista estabelece um conjunto de alterações sobre a jornada de trabalho com redução dos horários de almoço e descanso. Amplia o uso de hora extra e do banco de horas, permitindo inclusive a existência concomitante de ambos. Cria medidas para dificultar e restringir a contagem do tempo da hora extra, descaracterizando o que é tempo estritamente a serviço do empregador. Cria mecanismos para facilitar o uso de jornada extensa e extenuante. Possibilita a prorrogação da jornada insalubre, expondo as mulheres gestantes e lactantes à insalubridade com riscos à saúde da mãe e da criança. Cria mecanismos para isentar o empregador da responsabilidade com as condições de saúde e segurança dos trabalhadores no teletrabalho. Restringe a aplicação da Lei de Cotas.

114 - Na prática, o projeto expõe o trabalhador a uma condição de quase servidão ao trabalho através de jornadas extensas, com uma vida laboral dependente do chamado “bico” que, sem definição clara de jornada e horário de trabalho, não



permite controlar seu tempo e organizar sua vida pessoal, familiar e social. Aumenta terrivelmente a condições de trabalho insalubres com graves reflexos para a saúde e segurança do trabalhador, aumentando o adoecimento e a morte no trabalho. É desumano ao permitir expor gestantes e lactantes a condições insalubres e inviabilizar a aplicação da Lei de Cotas para pessoas com deficiência e reabilitados.

Representação dos trabalhadores na empresa sem a participação do sindicato e prevalência do negociado sobre o legislado: a fragilização da negociação coletiva, da organização e da ação sindical

115 - O projeto cria uma representação dos trabalhadores no local de trabalho controlada pela empresa e sem qualquer influência do sindicato para negociar condições de trabalho, podendo o resultado dessa negociação se sobrepor ao direito assegurado em lei. Proíbe a ultratividade de acordos e convenções coletivas e subordina as convenções coletivas aos acordos coletivos. Além de restringir o papel do sindicato na negociação coletiva, cria dispositivos para induzir o trabalhador à negociação e ao acordo individual de trabalho. Limita, radicalmente, o papel da Justiça do Trabalho na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as

116 - Exige autorização do trabalhador para cobrança de qualquer contribuição sindical, comprometendo a sindicalização e a sustentação financeira do sindicato. Acaba com a assistência do sindicato à homologação. A representação no local de trabalho, independente do sindicato, competirá com ele em suas atribuições. Somados estes mecanismos, fica evidente que o projeto retira do sindicato suas atribuições fundamentais de defender os interesses e direitos dos trabalhadores, abrindo espaço para, no limite, ser criado um modelo de organização sindical por empresa.

Desmonte da Justiça do Trabalho.

117 - O projeto limita a atuação da Justiça do Trabalho na elaboração de súmulas e enunciados ao que já está em lei e cria uma série de regras para dificultar sua produção. Subordina direito do trabalho ao direito comum. Estabelece como pressuposto para sua atuação o princípio da intervenção mínima no julgamento das convenções e acordos coletivos. Estabelece o uso da arbitragem e das comissões de conciliação prévia. Cria um termo de quitação anual. Limita o acesso gratuito à justiça do trabalho. Dificulta o acesso aos créditos trabalhistas através de manobras nas definições de responsabilidades entre os sócios. Cria uma série de constrangimentos ao trabalhador para impedi-lo de entrar com reclamação



trabalhista, definindo situações que podem responsabilizar e onerar tanto os reclamantes, quanto seus advogados e testemunhas.

118 - Em síntese, o substitutivo apresentado pelo relator, Rogério Marinho, além de retirar direitos e expor a classe trabalhadora a uma precarização crescente das condições de trabalho com redução de renda, exposição à instabilidade, à insegurança e ao adoecimento, promove um verdadeiro desmonte das instituições que protegem o trabalhador, inviabilizando a organização e a ação sindical, e a atuação da Justiça do Trabalho.

OUTRAS MEDIDAS

Mudanças na regulação da segurança e saúde do trabalhador no local de trabalho

119 - Agravando este quadro, assistimos ao ataque do governo golpista, às normas que regulam a saúde e a segurança no trabalho: as Normas Regulamentadoras - NR12- Máquinas e Equipamentos, e mudanças no Fator Acidentário de Prevenção. A implantação da terceirização e a reforma trabalhista ampliarão de forma sistemática a exposição dos /as trabalhadores/as às condições precárias de trabalho. Segundo dados do DIEESE, o percentual de afastamentos por acidentes de trabalho nas atividades tipicamente terceirizadas é maior do que nas atividades tipicamente contratantes - 9,6% contra 6,1%.

120 - Além da precarização vitimar os trabalhadores, a Lei nº 13183/2015 que trata da revisão de benefício previdenciário, retira a única fonte de renda e de sobrevivência do trabalhador/a enquanto se recupera das sequelas do acidentes de trabalho. Para enfrentar esses desafios é imprescindível a organização sindical no local de trabalho, o fortalecimento da luta pelos direitos e o controle social das políticas públicas de saúde.

121 - O congelamento dos investimentos em saúde, conforme Emenda Constitucional 95, vai impedir e dificultar que os/as trabalhadores/as adoecidos/as e acidentados/as acessem as políticas de saúde que garantam o tratamento e reabilitação, além de impossibilitar no avanço das políticas de vigilâncias em saúde, que tem por finalidade atuar na prevenção de doenças e agravos, acidentes e, na promoção da saúde nos locais de trabalho.



ESTRATÉGIA

Estratégia de curto prazo: fora Temer, diretas já, nenhum direito a menos.

122 – Derrubar o governo ilegítimo e corrupto e barrar as reformas impopulares deve ser o centro da estratégia de curto prazo da CUT. Uma estratégia que deve combinar diferentes linhas de ação para fora e para dentro da própria organização. Na relação com a sociedade, devem ser priorizadas as ações de massa visando desalojar do poder o governo ilegítimo. A luta contra as reformas deve continuar visando sua retirada imediata da pauta do Congresso. Essas ações envolvem a agitação e propaganda esclarecendo a importância de derrubar o governo ilegítimo e de eleições gerais para escolher o novo presidente. Envolvem também a eleição de uma Assembléia Constituinte soberana e exclusiva para fazer a reforma do sistema político. Envolvem ainda o esclarecimento dos principais pontos e das conseqüências nefastas das reformas. As ações passam pela mobilização no local de trabalho, buscando envolver o máximo de trabalhadores/as na luta, especialmente mulheres e jovens; por manifestações de massa, em articulação com os movimentos sociais, para angariar o apoio da sociedade e exercer pressão sobre o Congresso; pela articulação com entidades representativas da sociedade civil para exigir a o fim do governo golpista.

123 - Do ponto de vista da própria CUT, um esforço considerável ainda precisa ser feito para dar continuidade à mobilização conseguida com a greve geral do dia 28 de abril e com a ocupação de Brasília, no dia 24 de maio. O desfecho da luta política e a retirada das reformas no Congresso dependerá, em grande parte do seu resultado. Para atingir este objetivo, é necessário intensificar as ações de agitação e de mobilização nos sindicatos e nos locais de trabalho, com panfletagem, assembléias e ações para garantir a organização de nova greve geral, em patamar superior à greve do dia 28 de abril. Essa ação deve continuar a contaminar as bases das outras centrais sindicais, mobilizando-as para a luta.

124 - A CUT deverá se preparar para os efeitos das reformas, na eventualidade das forças conservadoras conseguirem eleger indiretamente um novo Presidente da República comprometido com a agenda de reformas. Temos que buscar respostas para perguntas fundamentais. *Como as reformas atingem a classe trabalhadora e os setores representados pela CUT? O que muda de fundamental nas relações de trabalho e como essas mudanças alteram a composição das bases que representamos? A atual estrutura sindical dará conta de responder aos desafios por*



elas colocados? Como as mudanças afetam a atual organização sindical da CUT? Como fazer a leitura desses desafios a partir da nossa concepção classista? Que espaços e iniciativas devem ser criados pela CUT para debater e encaminhar esses temas no curto prazo, preparando o debate a ser feito na Plenária-Congresso Extraordinário?

Estratégia de médio prazo: derrotar o governo, reverter a agenda neoliberal e fortalecer a organização sindical

125 - A CUT continuará perseguindo o objetivo de consolidar sua relação com os movimentos sociais, particularmente a FBP e a FPSM, visando construir a unidade das forças democrático populares para enfrentar as forças conservadoras e golpistas. Deverá defender nesses espaços o fortalecimento de uma candidatura viável à disputa de 2018, ou antes disso, ancorada numa plataforma visando reverter a agenda neoliberal do atual governo golpista, restabelecer a ordem constitucional democrática, reverter o desmonte do Estado e resgatar as conquistas históricas da classe trabalhadora. No desdobramento dessa luta, deverão ser criadas as condições políticas para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de reconstituir o Estado de Direito e definir as reformas estruturais necessárias para consolidar a democracia e promover um novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

126 - No plano interno, a CUT dará continuidade, no médio prazo, ao fortalecimento da organização e da ação sindical, considerando dois prováveis cenários. O primeiro, mais favorável e no entanto incerto, resultaria da derrota do governo ilegítimo e da retirada de pauta das reformas. Demandaria um enorme poder de pressão vindo das ruas. O segundo, bastante perverso, é o de "terra arrasada" criado pela continuidade do golpe, com eleição indireta do novo Presidente da República e a aprovação das reformas, particularmente a trabalhista. A CUT deverá levar em conta o desfecho de um ou outro cenário. Prevalecendo o pior deles, deverá avaliar, de um lado, os impactos das reformas na reconfiguração do perfil da classe trabalhadora e na dinâmica do mercado de trabalho e, de outro, o modelo de organização sindical mais apropriado para, neste novo cenário, continuar fazendo defesa incondicional dos direitos da classe trabalhadora, traçando uma linha de ação planejada até o fim do mandato da atual direção. Deverá traçar uma estratégia de atualização do seu projeto político organizativo, visando fortalecer as suas Estaduais e Ramos. O crescimento e o fortalecimento da CUT em todos os Estados pode ganhar impulso a partir da elaboração e execução de uma estratégia sindical com ações voltadas para a Interiorização da CUT; investimentos em Eleições e Oposições Sindicais; Sindicalização de trabalhadores/as e filiação de



novas entidades sindicais. Marcando uma forte estratégia de disputa do sindicalismo combativo da CUT com as demais centrais sindicais.

Estratégia de longo prazo: consolidar a democracia, fortalecer o protagonismo da CUT na sociedade e construir as bases de um novo ciclo de desenvolvimento.

127 - Embora possa parecer inconsequente e prematuro, diante de cenários tão incertos, projetar a ação sindical para além dos próximos dois anos, é importante ter no horizonte a sociedade que queremos para nós e para as futuras gerações. Seguindo o ideário que continua a orientar a CUT desde sua fundação, uma sociedade com fundamentos em instituições democráticas sólidas, no respeito à soberania popular, no combate sistemático à corrupção, no Estado sob controle permanente da sociedade e propulsor do desenvolvimento, em políticas que respeitem a diversidade e promovam a superação das desigualdades e a inclusão social, no respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs brasileiros/as assegurados na Constituição de 1988. Será uma sociedade fraterna e generosa na proteção de seus segmentos mais frágeis. Será também uma sociedade solidária que estenderá seus princípios e valores fundamentais para além das fronteiras nacionais, estimulando a paz, a fraternidade e a solidariedade entre os países e nações.

128 - Para tornar este sonho realidade, no entanto, será necessário derrotar as forças golpistas e promover mudanças estruturais na sociedade brasileira, entre elas a reforma do sistema político, que restaure o Estado de Direito e fortaleça a democracia; a democratização dos meios de comunicação, que rompa com o monopólio hoje existente por parte de um número reduzido de grupos econômicos, com enorme capacidade de manipular fatos e influenciar as decisões políticas; a reforma agrária, que assegure o acesso democrático à propriedade da terra e fortaleça a agricultura familiar e agroecológica; a reforma tributária, para tornar mais justa a cobrança de impostos, revertendo sua lógica regressiva atual, que penaliza os mais pobres; a reforma urbana, para combater a especulação imobiliária, que promove a segregação da população que vive em bairros periféricos, submetida à falta de infraestrutura básica e às mais diversas formas de violência. São reformas necessárias para gerar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e duradouro.

129 - Este necessário processo de "*mudança social*" exigirá fortalecer o protagonismo do movimento sindical CUTista na sociedade. É importante, neste sentido, reforçar a participação institucional da CUT em conselhos, conferências e fortalecer sua intervenção no campo das políticas públicas. Além disto, é preciso



continuar a fortalecer a atuação das Estaduais da CUT e dos ramos nas Frentes Populares (Frente Brasil Popular e frente Povo sem Medo).

130 - Para tornar este sonho realidade, a CUT deve perseguir com toda determinação, a consolidação de sua Política Nacional de Formação, ampliando cada vez mais o alcance de suas atividades, cursos e programas de formação sindical na perspectiva de capilarizar o projeto de sociedade defendido pela CUT.

PLANO DE LUTAS

I - Ação Internacional

131 - A CUT continuará desenvolvendo sua ação internacional de denúncia do golpe no Brasil e de combate ao neoliberalismo. Esta ação passa pela implementação do Plano de Lutas Internacional do 12º CONCURT, atualizado pelos seguintes eixos:

Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo

132 - A CUT e os demais movimentos que compõem a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, aliança de sindicatos e movimentos sociais da América Latina e do Caribe, protagonizaram, ainda em 2016, uma série de atos públicos, plenárias e marchas em todo continente americano denunciando os golpes neoliberais contra a classe trabalhadora, as negociações por tratados de livre comércio e o poder hegemônico das multinacionais. Em 2017, a jornada prevê a realização de uma série de atos nacionais e de um grande encontro continental, na cidade de Montevidéu, em novembro.

Política de cooperação: estratégia sul-sul

133 - Temos mantido uma política de cooperação com países da América Latina, Caribe e África – regiões com as quais o Brasil mantém fortes laços históricos, sociais e culturais. A política de cooperação da CUT – através, sobretudo, do IC CUT (Instituto de Cooperação) – tem como princípio a solidariedade internacional da classe trabalhadora e, como objetivo, o fortalecimento do movimento sindical internacional em sua luta em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Pauta-se ainda por respeitar a autonomia das centrais e sindicatos com quem coopera. Dessa forma, os projetos de cooperação são desenvolvidos pelas centrais/sindicatos a partir de suas necessidades e realidades. Em todos os projetos de cooperação continuaremos buscando fortalecer o movimento sindical e sua luta contra o neoliberalismo, em defesa da democracia e dos direitos humanos.



134 - Ainda em relação a estratégia sul-sul, continuaremos reforçando nossa relação com a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e SIGTUR (Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights); como também a sua atuação na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

Intervenção nos espaços institucionais

135 - Nossas ações estratégicas em âmbito internacional continuarão passando também pela intervenção nos Fóruns globais e regionais como o G20, BRICS Sindical, o Conselho Sindical de Assessoramento Técnico (COSATE) no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), e, especialmente, na Organização Internacional do Trabalho (OIT) enquanto espaço privilegiado de debates sobre as questões normativas do mundo do trabalho.

136 - Na OIT, continuaremos trabalhando pelo fortalecimento da organização através da pressão permanente pela ratificação e aplicação de suas convenções em nosso país e no mundo. Ainda na OIT, a CUT participou da revisão da Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da OIT. Quarenta anos após a adoção da Declaração original, a revisão da Declaração feita pelo Conselho de Administração da OIT, ainda que não tenha incorporado todas as demandas do movimento sindical, buscou responder a novas realidades econômicas, tais como o aumento do investimento e do comércio internacional e o crescimento das cadeias globais de fornecimento. A revisão da Declaração leva em conta as novas normas de trabalho adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011 e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

137 - Também devemos continuar participando ativamente dos debates no âmbito do centenário da OIT sobre o “futuro do trabalho”, disputando quais políticas econômicas e sociais deverão ser adotadas para proporcionar relações de trabalho decentes e dignas nesse cenário de profundas transformações das forças produtivas e das relações de produção.

Ação em defesa dos direitos humanos

138- Continuaremos denunciando os retrocessos implementados pelo governo golpista e sua política que não prioriza o efetivo combate a criminalização e exclusão dos imigrantes que vivem no Brasil – como no caso das deportações em massa de venezuelanos em Roraima. Existem milhares de casos de violência diária contra imigrantes e violações de direitos humanos e trabalhistas que ampliam o



grau de exploração da força de trabalho desses trabalhadores. A CUT continuará desenvolvendo, em cooperação com o INCA-CGIL e o CDHIC, atendimento jurídico sobre direitos humanos dos trabalhadores migrantes.

139 - Participamos também da Organização da Marcha dos Imigrantes que, em 2016, ocorreu em São Paulo, reunindo milhares de imigrantes em defesa de seus direitos e contra as violações que sofrem cotidianamente. Em 2017, seguiremos incentivando a formação de alianças sociais e populares para reivindicar que o Estado Brasileiro ratifique as convenções da OIT sobre os direitos trabalhadores imigrantes. Além disso, é fundamental incentivar os sindicatos cutistas a sindicalizarem e trazerem para nossas organizações os trabalhadores imigrantes.

II - Ação da CUT no plano nacional

Ações de curto prazo: derrotar o governo golpista e as reformas da Previdência e Trabalhista. Nenhum direito a menos.

Dar continuidade à luta contra o governo golpista e às campanhas nacionais da CUT contra as reformas da Previdência e Trabalhista.

140 - As atividades envolvem a panfletagem e mobilização nos locais de trabalho, a articulação com movimentos sociais na criação de comitês populares contra o governo golpista e as reformas, a promoção de audiências públicas, a realização atos e manifestações massivas nas cidades polos do interior e nas capitais, a pressão sobre as bases eleitorais dos parlamentares, a pressão sobre o Congresso em Brasília e, por último e mais importante, a realização de greve geral como instrumento mais importante de luta.

Fortalecer a organização sindical tendo em vista os possíveis desdobramentos das reformas, mostrando cenários e desafios para o sindicalismo CUTista.

141 - Organizar atividades com Estaduais e Ramos/macrossetores para discutir os riscos para a organização sindical implícitos na proposta de reforma trabalhista. O objetivo final destas atividades será definir ações visando superar, de um lado, os problemas já diagnosticados pela SNO no Ciclo de Debates sobre "Democracia e Organização Sindical" e, de outro, prevenir contra os efeitos nefastos da reforma. Essas iniciativas tenderão a se estender para o período além da realização da Plenária-Congresso Extraordinário.

142 - O fortalecimento das Estaduais (estrutura horizontal), Ramos (estrutura vertical) e a melhor articulação entre estas instâncias da CUT são fundamentais para continuarmos enfrentando as adversidades da conjuntura política e econômica imposta pelo governo golpista de Temer.



Implementar o Plano de Ação da CUT para o primeiro semestre de 2017.

143 - Dar continuidade às ações traçadas pelas Secretarias Nacionais para o primeiro semestre de 2017, que passa pelos eixos Democracia e Desenvolvimento, Transformações nos Mundos do Trabalho, Organização Sindical e Negociação Coletiva, Ação Internacional da CUT. São ações permanentes da Central, que foram objeto de planejamento e encontram-se em curso.

Organizar a 14ª Plenária-Congresso Extraordinário.

144 - Transformar o congresso num processo educativo e mobilizador para as lutas organizadas pela CUT, aprofundando o debate dos desafios enfrentados pelos/as trabalhadores/as e sindicatos do setor público e privado, do campo e da cidade na luta contra a agenda neoliberal do governo golpista. Tornar o congresso num momento privilegiado de discussão com os movimentos sociais e com a sociedade. Propiciar o aprofundamento da reflexão sobre o momento histórico atual e traçar linhas de ação que transformem o Congresso num evento extraordinário, de fato.

Ações de médio prazo: derrotar o governo, reverter a agenda neoliberal e fortalecer a organização sindical

Dar continuidade à ação articulada com os movimentos sociais, particularmente a FBP e a FPSM para enfrentar o governo golpista e sua agenda neoliberal.

145 - Fortalecer a participação da CUT nas duas frentes populares, procurando estabelecer a convergência e a unidade de ação, seja na organização de atividades de mobilização e de enfrentamento, seja na construção de uma estratégia que fortaleça o campo democrático popular, criando condições para derrotar as forças golpistas nas eleições de 2018 ou antes desta data, com a mobilização em torno das Diretas Já.

Construir, junto com as forças democrático populares, uma plataforma de desenvolvimento, a ser utilizada como instrumento de diálogo com os candidatos nas eleições majoritárias e proporcionais.

146 - Incluir nesta plataforma propostas que dialoguem, de um lado, com as demandas da classe trabalhadora e, de outro, com a visão da CUT em relação à necessidade de reversão da agenda neoliberal implementada pelo governo golpista. A plataforma também deve conter as reformas estruturais vistas como fundamentais para fortalecer a democracia e para criar as bases de um ciclo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento sustentável.



Dar continuidade ao processo de fortalecimento da organização sindical, traduzindo em ações planejadas as deliberações da Plenária-Congresso Extraordinário.

147 - Levar em conta nesse processo as “reformas” que visam a retirada de direitos e a precarização do trabalho, as contínuas transformações em curso nos mundos do trabalho, as mudanças provocadas no plano internacional e nacional pela quarta revolução industrial e como elas tendem a afetar os diversos ramos e setores da economia brasileira.

Ações de longo prazo

148 – A avaliação de conjuntura no Plenária-Congresso Extraordinário nacional, no final de agosto, deverá trazer elementos para o desenho de ações estratégicas de longo prazo da CUT, considerando dois cenários: a derrota do governo golpista ou sua continuidade.